

**Joaquim Pais Barbosa**

*Vice-Reitor da Universidade Lusófona do Porto*

## **Intervenção enquanto membro da Mesa de Honra**

das

*VIII Jornadas Novos Paradógmias da Proteção Civil*

*Centro Cultural | Vale de Cambra*

*11 de maio de 2018*

Dr. José Pinheiro – Presidente da Camara Municipal de Vale de Cambra.

Eng. António Ribeiro, Comandante Operacional Distrital de Aveiro em representação do Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil - Eng. José Artur Neves

Doutora Natália Pereira – Adjunta da Administração da Universidade Lusófona do Porto

Caros Colegas,

Caros Estudantes,

Caros Conferencistas

A Universidade Lusófona do Porto tem como missão o desenvolvimento do conhecimento, o desenvolvimento social e cultural, a diversidade cultural, a ciência e a tecnologia, assim como a cooperação com parceiros nacionais e internacionais.

As presentes jornadas são o reflexo dessa cultura institucional. Não posso deixar de salientar e expressar o apreço à comissão organizadora, na pessoa do Professor Artur Costa (diretor da licenciatura em Engenharia de Proteção Civil), pela concretização

destas VIII Jornadas - NOVOS PARADIGMAS DA PROTEÇÃO CIVIL, designadas **“Incêndios florestais de 2017: acontecimentos e aprendizagens”**.

O tema selecionado, deveras atual, tem sido matéria central aos mais diversos níveis (político, económico, social). No entanto não podemos deixar de questionar: será que realmente aprendemos com os incêndios florestais de 2017?

Nas últimas décadas, muito se tem investido no combate aos incêndios florestais, deixando a prevenção e o conhecimento/formação para um plano secundário. Todos os anos se chega à mesma conclusão, e todos os anos se perde a oportunidade de alterar o paradigma, continuando a reação a sobrepor-se à prevenção. Com as consequências que, infelizmente, são cada vez mais visíveis.

Todos os anos, e em particular entre junho e setembro, os números de ocorrências e de área ardida são devastadores. Neste período, são detalhadamente noticiados (e explorados até à exaustão) os meios de combate, situações críticas, povoações em perigo, áreas ardidas e perdas humanas e financeiras. Apontam-se causas e putativos responsáveis e questiona-se a qualidade e a quantidade dos meios existentes. São realizados debates, são publicados artigos de opinião sobre causas e consequências e é precipitadamente aprovada nova legislação. Sempre mais do mesmo.

Dos incêndios florestais resultam imagens de destruição, infraestruturas afetadas, habitações e, mais grave, vidas perdidas, interrupção de atividades produtivas, prejuízos avultados. Para além dos impactes ambientais (e.g. serviços dos ecossistemas, poluição atmosférica e dos recursos hídricos, degradação do solo, ...), sociais, na paisagem e no turismo rural, o que eleva substancialmente os prejuízos estimados.

Adicionalmente, a repovoação das áreas ardidas é muitas vezes efetuada com espécies de crescimento rápido, rentável a curto e/ou médio prazo, não privilegiando de forma criteriosa as espécies autóctones de baixa combustibilidade em áreas com maior risco de incêndio.

No entanto, o essencial continua invisível (ao olhar comum e não só): Portugal não progride para uma efetiva capacidade de gestão dos incêndios florestais que planeie, ordene, monitorize e avalie em primeira instância a forma de preveni-los e, posteriormente, de combatê-los. Esta ambição deve apontar para a coordenação integradora e colaborativa de todos os intervenientes, a prevenção centrada no planeamento e ordenamento da floresta e das atividades socioeconómicas, o cadastro, a utilização de tecnologias (que efetivamente funcionem) e o conhecimento ancorado numa visão transversal e multidisciplinar, alicerçado na investigação e na inovação para garantir uma capacidade operativa aliada ao conhecimento científico, aspetos essenciais na tomada de decisão em contextos complexos como é, indiscutivelmente, o caso.

Após os trágicos incêndios de 2017 foram tomadas iniciativas, pelas autoridades competentes, nomeadamente:

- Comissão Técnica Independente de análise aos incêndios de Pedrógão Grande;
- Criação da Estrutura de Missão para a Instalação de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- Criação da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF);
- Campanha de limpeza de mapas 2018;
- Programas “Aldeia Segura” e Pessoas Seguras”;

- Reforço das Equipas de Intervenção Permanente;

Estas medidas serão testadas nos próximos meses e, num futuro próximo, será possível fazer uma avaliação da sua eficácia.

Mas para além dos “Incêndios Florestais”, a proteção civil é cada vez mais solicitada e requisitada aquando da ocorrência de eventos extremos em consequência de causas naturais (e. g. tempestade GISELE), esperando-se que num futuro próximo o número de ocorrências/intervenções sejam incrementadas fruto da intensificação das alterações climáticas e que se traduzirão/acrescentarão multirriscos.

Neste propósito a Universidade Lusófona do Porto tem vindo a distinguir-se e a desenvolver um novo pensamento (*think out of the box*) no seu projeto, na área da proteção civil, manifestado na atividade contínua de ensino (1º ciclo de Engenharia de Proteção Civil, 2º Ciclo de Proteção Civil), formação (diversas pós-graduações), prestação de serviços, divulgação técnica e científica, intervenção social e cooperação com as mais diversas entidades e as instituições.

As presentes Jornadas são um importante fórum de debate e de discussão de temáticas essenciais para o setor da Proteção Civil, que contribuirão para o seu desenvolvimento e respetivas áreas de atuação.

Muito Obrigado.